

## CARTA DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Finamax S/A – Crédito, Financiamento e Investimento**, em atendimento ao disposto na Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, apresenta as Demonstrações Contábeis referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Os documentos abaixo compõem a referida Demonstração;

- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstrações de Resultados – DRE;
- Demonstrações de Resultados Abrangentes – DRA;
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL;
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas;
- Relatório dos Auditores Independentes;

Informamos que as demonstrações contábeis, foram publicadas em nosso site institucional [www.finamax.com.br](http://www.finamax.com.br), no jornal impresso Folha de São Paulo, edição do dia 26 de maio de 2025, disponível na versão digital do jornal no link <https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/empresa/finamax-sa-credito-financ-e-invest>, bem como enviado ao Banco Central do Brasil para fins de divulgação no Repositório de Balanço;

### Declaração de Responsabilidade da Administração

Reconhecemos nossa responsabilidade pela publicação das demonstrações financeiras e demais documentos contidos neste arquivo.

Cumprimos com nossa responsabilidade pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

---

Márcio Pizzolato  
Diretor Vice-Presidente

---

Gabriela Giseli da Silva  
Contadora | CRC nº 1SP341186/O-1

# **Finamax S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento**

Demonstrações Contábeis  
Referentes ao Semestre e Exercício Findos em  
31 de Dezembro de 2024 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da  
Finamax S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Finamax S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Finamax S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de maio de 2025

*Deloitte T. Tohmatsu*

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Luana de Melo Souza  
Contadora  
CRC nº 1 SP 292386/O-2

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Cumprindo as disposições legais e estatutárias submetemos a apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, juntamente com o relatório do auditor independente, sem modificações, emitido pela **“Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.”**.

No primeiro semestre de 2024, rescindimos o contrato com o Serasa E-Cred devido ao elevado percentual de inadimplência nas operações realizadas em parceria com essa instituição, o que impactou significativamente na redução das provisões para créditos de liquidação duvidosa no segundo semestre de 2024.

Em outubro de 2024 fizemos cessão de parte da carteira que estava em prejuízo há mais de 1.800 dias e em novembro de 2024 fizemos a cessão de outro lote de operações que estavam em prejuízo entre 361 e 1.700 dias. Essas cessões contribuíram para um aumento considerável das rendas no segundo semestre.

Em 14 de dezembro de 2023, foi aprovado pelo Banco Central o aumento de capital no valor de R\$ 5.700 mediante a emissão de 380 mil novas ações e em 19 de fevereiro de 2024 foi aprovado novo aumento de capital no valor de R\$ 3.000 mediante a emissão de 200 mil novas ações. A administração optou pelos aumentos de capital como ferramenta para reenquadramento do índice de Basileia.

No segundo semestre de 2024 a sociedade registrou lucro líquido de R\$ 182, totalizando R\$ 2.130 de prejuízo em 31 de dezembro de 2024, correspondendo a R\$ 0,50 por ação. O patrimônio líquido alcançou o montante de R\$ 30.055 e os Ativos totalizaram R\$313.761.

O estudo técnico elaborado demonstra a capacidade da Sociedade em gerar lucros tributáveis suficientes para compensar os créditos tributários existentes. O estudo do crédito tributário contempla as melhores estimativas da Administração, utilizando premissas internas e externas avaliadas na data da determinação dos fluxos de caixa e expectativas de rentabilidade futura, que podem sofrer alterações e culminar em diferentes resultados. A Administração irá manter o acompanhamento tempestivo e tomar as ações necessárias para que as estimativas ora realizadas sejam atingidas e os resultados esperados realizados.

Jundiaí - SP, 21 de maio de 2025

<b>ATIVO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>229.299</b>	<b>209.195</b>
Caixa e equivalente de caixa	3.d	616	1.569
Instrumentos financeiros		217.286	191.220
Títulos e valores mobiliários	4	114.896	82.432
Letras Financeiras do Tesouro		114.756	79.514
Letras Financeiras		-	2.894
Títulos Dados em Garantia - Outros		140	24
Operações de crédito		102.390	108.788
Operações de crédito - setor privado	5	112.187	119.604
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.a / 6	(9.797)	(10.816)
Relações Interfinanceiras	11.b	-	3.000
Depósitos para Capital em Dinheiro		-	3.000
Ativos fiscais correntes e diferidos		2.287	7.390
Crédito Tributário	10	2.287	7.390
Outros créditos		5.262	1.028
Diversos		5.262	1.028
Outros valores e bens		3.848	4.988
Outros valores e bens		3.848	4.988
<b>NAO CIRCULANTE</b>		<b>84.462</b>	<b>84.877</b>
Instrumentos financeiros		72.997	78.389
Operações de crédito		72.997	78.389
Operações de crédito - Setor privado	5	79.982	86.182
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.a / 6	(6.985)	(7.793)
Ativos fiscais correntes e diferidos		10.735	6.030
Crédito Tributário	10	10.735	6.030
<b>PERMANENTE</b>		<b>730</b>	<b>458</b>
Imobilizado de uso		577	252
Outras imobilizações de uso		3.994	3.579
(-) Depreciações acumuladas		(3.417)	(3.327)
Intangível		153	206
Ativos intangíveis		2.203	2.081
(-) Amortizações acumuladas		(2.050)	(1.875)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>313.761</b>	<b>294.072</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

<b><u>PASSIVO</u></b>	<b>Nota</b>	<b><u>31.12.2024</u></b>	<b><u>31.12.2023</u></b>
	<b><u>explicativa</u></b>		
<b>CIRCULANTE</b>		<b><u>96.478</u></b>	<b><u>83.961</u></b>
Depósitos e demais instrumentos financeiros		<u>92.469</u>	<u>79.297</u>
Depósitos a prazo	7	<u>69.823</u>	<u>53.879</u>
Acionistas domiciliados no País		69.823	53.879
Recursos de aceites cambiais	7	<u>22.646</u>	<u>25.418</u>
Recursos de aceites cambiais		22.646	25.418
Outras obrigações	8	<u>4.009</u>	<u>4.664</u>
Fiscais e previdenciárias		621	712
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	9	259	367
Credores diversos - País		3.129	3.585
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b><u>187.228</u></b>	<b><u>177.924</u></b>
Depósitos e demais instrumentos financeiros		<u>187.228</u>	<u>177.924</u>
Depósitos a prazo	7	<u>73.297</u>	<u>79.703</u>
Acionistas domiciliados no país		73.297	79.703
Recursos de aceites cambiais	7	<u>113.931</u>	<u>98.221</u>
Recursos de aceites cambiais		113.931	98.221
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	11	<b><u>30.055</u></b>	<b><u>32.187</u></b>
Capital social	11.a / b	<u>64.200</u>	<u>64.200</u>
De domiciliado no país		64.200	61.200
Aumento de capital a realizar	11.b / 18	-	3.000
Reservas de lucros		2.059	2.059
(Prejuízos) acumulados		(36.204)	(34.072)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b><u>313.761</u></b>	<b><u>294.072</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2ªsem/2024</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>43.218</b>	<b>85.534</b>	<b>81.576</b>
Operações de crédito	5.d	37.668	75.126	72.573
Resultado de aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários	4	5.550	10.408	9.003
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(14.927)</b>	<b>(28.912)</b>	<b>(31.734)</b>
Operações de captação no mercado	7	(14.927)	(28.912)	(31.734)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>28.291</b>	<b>56.622</b>	<b>49.842</b>
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(9.636)	(21.214)	(23.930)
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<b>(17.642)</b>	<b>(38.011)</b>	<b>(41.893)</b>
Receitas de prestações de serviços	12.a	1.804	3.306	4.451
Despesas de pessoal	12.b	(4.594)	(8.776)	(8.646)
Outras despesas administrativas	12.c	(11.592)	(25.814)	(31.707)
Despesas tributárias	12.d	(1.325)	(2.672)	(2.491)
Outras receitas operacionais	12.e	175	267	14
Outras despesas operacionais	12.f	(2.110)	(4.322)	(3.514)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>1.013</b>	<b>(2.603)</b>	<b>(15.981)</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>		<b>575</b>	<b>894</b>	<b>(49)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>		<b>1.588</b>	<b>(1.709)</b>	<b>(16.030)</b>
Imposto de renda - corrente	10	16	(12)	-
Imposto de renda - diferido	10	(896)	(248)	1.897
Contribuição social - corrente	10	12	(12)	-
Contribuição social - diferido	10	(538)	(149)	1.138
<b>LUCRO/(PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>		<b>182</b>	<b>(2.130)</b>	<b>(12.995)</b>
Número de ações (por lote de mil ações)	11.a	4.280	4.280	4.080
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação - R\$		0,04	(0,50)	(3,47)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>2ºsem/2024</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
LUCRO/(PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	<u>182</u>	<u>(2.130)</u>	<u>(12.995)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultados abrangentes do semestre/exercício</b>	<b><u>182</u></b>	<b><u>(2.130)</u></b>	<b><u>(12.995)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Aumento de capital a realizar</u>	<u>Reservas de lucros Legal</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>		<b>55.500</b>	-	<b>2.059</b>	<b>(21.077)</b>	<b>36.482</b>
Aumento de capital	11.b	5.700	3.000	-	-	8.700
Prejuízo do exercício		-	-	-	(12.995)	(12.995)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>		<b>61.200</b>	<b>3.000</b>	<b>2.059</b>	<b>(34.072)</b>	<b>32.187</b>
Aumento de capital	11.b	3.000	(3.000)	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(2.132)	(2.132)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>		<b>64.200</b>	-	<b>2.059</b>	<b>(36.204)</b>	<b>30.055</b>
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024</b>		<b>64.200</b>	-	<b>2.059</b>	<b>(36.386)</b>	<b>29.873</b>
Lucro do semestre		-	-	-	182	182
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>		<b>64.200</b>	-	<b>2.059</b>	<b>(36.204)</b>	<b>30.055</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2ºsem2024</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Lucro/(Prejuízo) do semestre/exercício		182	(2.132)	(12.995)
Ajustes ao Lucro/(Prejuízo) do semestre/exercício		<u>11.167</u>	<u>21.894</u>	<u>21.229</u>
Depreciação e amortização	12.c	169	317	303
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	9.636	21.214	23.930
Provisão para IR e CSLL corrente e diferido	10	1.406	421	(3.036)
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	9	(44)	(58)	32
Lucro/(Prejuízo) do semestre/exercício ajustado		11.349	19.762	8.234
Variação nos ativos e passivos		<u>(12.168)</u>	<u>(20.136)</u>	<u>(96.453)</u>
(Redução) aumento de operações de crédito		(10.260)	(9.423)	(36.907)
(Aumento) redução de títulos e valores mobiliários		(16.419)	(32.464)	(70.485)
(Redução) aumento de Relações Interfinanceiras		-	3.000	(3.000)
(Aumento) redução de outros créditos		(3.559)	(4.258)	(223)
(Redução) aumento de outros valores e bens		1.038	1.140	(1.679)
(Aumento) redução de depósitos a prazo		5.757	9.538	(10.015)
(Aumento) redução de recursos de aceites cambiais		11.779	12.938	26.242
(Aumento) redução de recursos de obrigações fiscais e previdenciárias		(12)	(90)	75
(Redução) Aumento de outras obrigações		(420)	(445)	(461)
Impostos de renda e contribuição social pagos		<u>(72)</u>	<u>(72)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais		<u>(819)</u>	<u>(374)</u>	<u>(88.219)</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Aquisição de imobilizado de uso		-	(468)	(13)
Aquisição de intangível		(53)	(111)	(141)
Alienação de imobilizado de uso		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(53)</u>	<u>(579)</u>	<u>(150)</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Integralização de Capital	11.b	-	-	5.700
Capital a realizar		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.000</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.700</u>
<b>(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>(872)</u>	<u>(953)</u>	<u>(79.669)</u>
No início do semestre/exercício	3.d	1.488	1.569	81.238
No fim do semestre/exercício	3.d	616	616	1.569
<b>(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>(872)</u>	<u>(953)</u>	<u>(79.669)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R\$)

### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Finamax S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Sociedade”), constituída em 1994, com sede na Rua Rangel Pestana, 681 – Centro, na cidade de Jundiaí-SP, opera como sociedade de crédito, financiamento e investimento, de acordo com a autorização do Banco Central do Brasil - BACEN em 9 de janeiro de 1995.

### **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **a) Apresentação**

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, que contemplam as disposições contidas na legislação societária e com os critérios estabelecidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, do BACEN.

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN.

Em 12 de agosto de 2020, o Bacen emitiu a Resolução BCB nº 2, que consolida os critérios para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessa norma é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela diretoria da Sociedade em 21 de maio de 2025.

**b) Processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS")**

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma, a Finamax, na elaboração das Demonstrações Financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

Pronunciamentos emitidos pelo CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.924/21
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	4.924/21
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	4.818/20
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	4.534/16
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	4.818/20
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.924/21
CPC 24 - Evento Subsequente	4.818/20
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 27 - Ativo Imobilizado	4.535/16
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.877/20
CPC 41 - Resultado por Ação	4.818/20
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	4.924/21
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	4.924/21

**Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros**

**a) Adoção de novas normas com vigência a partir de 01 de janeiro de 2025:**

- Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021

A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

Os impactos estimados com a implementação da nova norma estão demonstrados na Nota 18.

- Lei nº 14.467, de 16 de novembro e 2022

Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Os impactos estimados com a implementação da nova norma estão demonstrados na Nota 18.

- Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023

A Resolução dispõe sobre os procedimentos contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para:

- I - definir os fluxos de caixa futuros de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal;
- II - aplicar a metodologia de apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros;
- III - constituir a provisão para perdas associadas ao risco de crédito;
- IV - pedir autorização para utilização da metodologia completa de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- V - evidenciar informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas às demonstrações financeiras.

Os impactos estimados com a implementação da nova norma estão demonstrados na Nota 18.

- Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021

A Resolução dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Conforme o § 5º do artigo 2º a instituição avaliará os contratos aplicáveis a partir da renegociação dos mesmos após 01 de janeiro de 2025.

### **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

#### **a) Moeda funcional e de apresentação**

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade.

b) Receitas e despesas

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério pro rata *temporis*, com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor final, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisões para créditos de liquidação duvidosa, avaliação a valor justo dos instrumentos financeiros, bens não de uso, realização de créditos tributários, divulgações sobre contingências passivas e as respectivas receitas e despesas atreladas aos mesmos nos períodos demonstrados. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e as premissas mensalmente.

d) Caixa e equivalentes de caixa

São representadas por disponibilidades em moeda nacional que incluem caixa e contas correntes em bancos e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de vencimento até 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, classificadas como equivalentes de caixa.

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>616</u>	<u>1.569</u>
Depósitos bancários	616	1.569

e) Instrumentos Financeiros

- Aplicações Interfinanceiras de liquidez

Representadas por depósitos interfinanceiros, registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos até a data do balanço, deduzido, quando aplicável, de provisão para desvalorização;

- Títulos e valores mobiliários

Conforme determinação da Circular BCB nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários, são classificados conforme o descrito abaixo:

**I. Títulos para negociação:**

Na categoria títulos para negociação, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Tais títulos são considerados no circulante independente do prazo de vencimento do título.

**II. Títulos mantidos até o vencimento:**

Na categoria títulos mantidos até o vencimento, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da instituição de mantê-los em carteira até o vencimento.

**III. Títulos disponíveis para venda:**

Na categoria títulos disponíveis para venda, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias I e II.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentemente de como estão classificados, são apropriados pro rata die, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os títulos e valores mobiliários detidos pela Sociedade estavam classificados como “títulos para negociação” e “títulos mantidos até o vencimento”.

A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez e de títulos e valores mobiliários está apresentada na Nota 4.

f) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados “pro rata” dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e BACEN, em destaque a Resolução CMN 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo).

As operações classificadas como de risco nível H são baixadas contra a provisão existente, após decorridos seis meses de classificação nesse nível de risco, desde que apresente atraso superior a 180 dias.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é considerada suficiente pela Administração e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

A composição das operações de crédito e das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito está apresentada nas Notas 5 e 6, respectivamente.

- g) Outros valores e bens – Ativos não financeiros mantidos para venda e Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos por veículos recebidos em dação de pagamento.

A partir de 01.01.2021, os bens não de uso próprio foram reclassificados para ativos não financeiros mantidos para venda, conforme Resolução CMN n° 4.747/2019.

São reconhecidos inicialmente nas adequadas rubricas contábeis, conforme o prazo esperado de venda, na data do seu recebimento pela Sociedade, sendo avaliados pelo menor valor entre:

- (i) o valor contábil bruto da respectiva operação de crédito de difícil ou duvidosa solução; e
- (ii) o valor justo do bem, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução, líquido de provisões, e o valor justo é reconhecida no resultado do período em que ocorrer a retomada do bem.

Os ativos não financeiros são testados para verificar se sofreram desvalorização, no mínimo anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Havendo indicação de desvalorização, a Sociedade estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo, menos os custos para vendê-lo, e o seu valor em uso.

**h) Ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigível a longo prazo**

Os ativos são reconhecidos pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisões necessariamente constituídas. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos.

**i) Imobilizado de uso e intangível**

Os imobilizados de uso e os intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. O intangível pela aquisição e desenvolvimento de sistemas informatizados, sendo amortizados à alíquota de 20% ao ano. O imobilizado de uso é composto por móveis e equipamentos de uso e equipamentos de comunicação, depreciados a alíquota de 10% ao ano, e veículos e computadores, depreciados a alíquota de 20% ao ano.

A depreciação do imobilizado de uso e a amortização do intangível são contabilizadas em Outras Despesas Administrativas.

Os ativos não financeiros são revisados em bases anuais para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Até 31 de dezembro de 2024, não teve nenhum ativo permanente com indícios de perda em seu valor recuperável.

**j) Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente**

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre bases tributáveis e alíquotas, segundo a legislação pertinente a cada um desses encargos, sendo elas 25% para o IRPJ e 15% para a CSLL.

O cálculo do imposto de renda e da contribuição social está apresentado na Nota 10.

k) Ativos Fiscais Diferidos

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização, vigente a partir de 01.01.2021.

A composição dos ativos fiscais diferidos está apresentada na Nota 10.

l) Depósitos e demais instrumentos financeiros

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die. O resultado correspondente é registrado em despesas com operações de captação no mercado.

A composição dos depósitos e demais instrumentos financeiros está apresentada na Nota 7.

m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios:

**Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

**Passivos contingentes:** classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, os classificados como prováveis são provisionados e divulgados em nota explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação;

**Provisões:** referem-se a valores reconhecidos quando há expectativa da obrigação presente e que possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação a ser liquidada; e

**Obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

A composição dos passivos fiscais contingentes está apresentada na Nota 9.

n) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base em critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução CMN nº4.818/20.

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há ações com potencial efeito diluidor.

o) Resultado não recorrente

Conforme Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, entende-se como resultado não recorrente, aquele que:

I – não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

II – não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Considerando a definição acima, a Sociedade não registrou resultados não recorrentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

#### 4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Sociedade adotou como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários com o propósito de mantê-los disponíveis para negociação e as aplicações possuem liquidez diária, com exceção dos títulos dados em garantia que serão mantidos até o vencimento.

<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Saldo em</u> <u>31.12.2024</u>	<u>Saldo em</u> <u>31.12.2023</u>
<b>Títulos e valores mobiliários</b>		
Letras financeiras do Tesouro	114.756	79.514
Letras financeiras	-	2.894
Títulos Dados em Garantia – Outros	<u>140</u>	<u>24</u>
Total aplicado	<u>114.896</u>	<u>82.432</u>

As Letras Financeiras do Tesouro são remuneradas a 109,19% do CDI (100,42% em 2023).

As receitas com juros das aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários estão apresentadas a seguir:

<u>Tipo de aplicação</u>	<u>2º semestre/24</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Depósitos interfinanceiros	-	-	1.207
Fundos de renda fixa	127	323	1.526
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	5.418	10.105	5.755
Letras Financeiras	-	-	515
Títulos Dados em Garantia –		<u>7</u>	
Outros	<u>5</u>		=
Ajuste Negativo – LFT (*)	=	<u>(27)</u>	=
Total de receitas	<u>5.550</u>	<u>10.408</u>	<u>9.003</u>

(\*) Os ajustes negativos à valor de mercado são devidos à resgate antecipado de títulos originalmente classificados como mantidos até o vencimento e registrados pelo valor de mercado.

A composição da carteira por tipo de aplicação e vencimento está demonstrada abaixo:

<u>Dias para vencimento</u>	<u>31.12.2024</u>			<u>31.12.2023</u>		
	<u>Até 180</u>	<u>Acima de 360</u>	<u>Valor de custo</u>	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Valor de custo</u>	<u>Valor de Mercado</u>
Letras Financeiras	-	-	-	-	2.300	2.894
Letras Financeiras do Tesouro (*)	13.416	101.340	108.097	114.756	75.676	79.514
Títulos de capitalização (**)	140	-	132	140	22	24

(\*) As aplicações em Letras Financeiras do Tesouro possuem alta liquidez e/ou prazo de liquidação em D0, estando classificadas como “mantidas para negociação”.

(\*\*) Os títulos de capitalização são classificados pela Administração como “mantidos até o vencimento”.

## 5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A composição da carteira de crédito da Sociedade, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, nos termos da Resolução nº 2.697 é demonstrada como segue:

### a) Por tipo de operações

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Empréstimos e títulos descontados	46.092	53.060
Financiamentos	<u>146.077</u>	<u>152.726</u>
	192.169	205.786
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 6)	<u>(16.782)</u>	<u>(18.609)</u>
Saldo líquido da carteira	<u>175.387</u>	<u>187.177</u>
Circulante	112.187	119.604
Não Circulante	<u>79.982</u>	<u>86.182</u>
Saldo da carteira	<u>192.169</u>	<u>205.786</u>

### b) Por tipo de cliente

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Pessoa física	190.632	204.497
Indústria	818	483
Comércio	345	516
Serviços	<u>374</u>	<u>290</u>
Saldo da carteira	<u>192.169</u>	<u>205.786</u>

### c) Por faixa de vencimento

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Vencidas	13.661	13.471
A vencer até 90 dias	31.333	34.020
De 91 a 360 dias	67.193	72.113
Acima de 360 dias	<u>79.982</u>	<u>86.182</u>
Saldo da carteira	<u>192.169</u>	<u>205.786</u>

### d) Composição das rendas

	<u>2º semestre/24</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Empréstimos	10.481	22.643	21.708
Financiamentos	22.711	44.939	44.661
Recuperação de Crédito	<u>4.476</u>	<u>7.544</u>	<u>6.204</u>
Total	<u>37.668</u>	<u>75.126</u>	<u>72.573</u>

Não há concentração de crédito liberado a um mesmo cliente. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo do maior devedor é de R\$ 557 (R\$ 311 em 31 de dezembro de 2023).

Não há avais e fianças e/ou outras garantias concedidos pela Sociedade em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

## 6. PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foram constituídas de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 2.682/99, após análise da administração. No exercício de 2024, houve uma constituição líquida de provisão no montante de R\$ 21.214 (R\$ 23.930 no exercício de 2023). No exercício de 2024, foram baixadas para prejuízo operações de crédito no montante de R\$ 23.041 (R\$ 31.126 no exercício de 2023), passando o saldo da provisão para R\$ 16.782 no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2024 (R\$ 18.609 em 31 de dezembro de 2023).

	2º semestre/24	31.12.2024	31.12.2023
Saldo Inicial	18.828	18.609	25.805
Constituição/(reversão) líquida	9.636	21.214	23.930
Baixa para prejuízo	<u>(11.682)</u>	<u>(23.041)</u>	<u>(31.126)</u>
Saldo Final	<u>16.782</u>	<u>16.782</u>	<u>18.609</u>

No segundo semestre de 2024, houve a recuperação de créditos baixados para prejuízo no montante de R\$ 4.476 (nota 5.d), e no exercício de 2024 no montante de R\$ 7.544 (R\$ 6.204 no exercício de 2023), lançados em receitas de operações de crédito na demonstração do resultado.

A posição da carteira de crédito da Sociedade em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, por níveis de risco e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, correspondentes estão demonstradas a seguir:

Níveis de risco	% de Provisão	Saldo da carteira		Provisão constituída	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
A	0,50	142.393	152.028	712	760
B	1,00	17.132	17.535	171	175
C	3,00	10.004	9.619	300	289
D	10,00	3.755	4.796	376	480
E	30,00	2.988	3.622	896	1.087
F	50,00	1.963	2.929	981	1.464
G	70,00	1.963	3.010	1.375	2.107
H	100,00	<u>11.971</u>	<u>12.247</u>	<u>11.971</u>	<u>12.247</u>
Total		<u>192.169</u>	<u>205.786</u>	<u>16.782</u>	<u>18.609</u>

## 7. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Estão demonstrados pelo saldo dos valores captados, atualizados até 31 de dezembro de 2024 e por prazo de vencimento:

Vencimento em Dias	até 90 dias	de 91 a 360 dias	mais de 360 dias	Saldo em 31.12.2024	Saldo em 31.12.2023
Depósitos a prazo	1.621	68.202	73.297	143.120	133.582
Recursos de aceites cambiais	3.527	19.119	113.931	136.577	123.639

As carteiras de captação de depósito a prazo e de letras de recursos cambiais, possuem uma remuneração média de 106% do CDI e 101,2% do CDI, respectivamente. Os saldos com partes relacionadas, estão demonstrados na nota 16.a.

As despesas com captação no mercado estão apresentadas a seguir:

	<u>2º semestre/24</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Depósito a prazo	7.801	15.111	17.694
Recursos de aceites cambiais	6.962	13.480	13.745
Despesa com registro – Fundo Garantidor de Crédito	<u>164</u>	<u>321</u>	<u>295</u>
Total	<u>14.927</u>	<u>28.912</u>	<u>31.734</u>

## 8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O saldo de outras obrigações está composto por:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Pis/Cofins	187	222
Impostos sobre serviços	266	308
Encargos trabalhistas	<u>168</u>	<u>182</u>
Total fiscais e previdenciárias	<u>621</u>	<u>712</u>
Pagamentos a processar	692	286
Fornecedores	1.327	2.239
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 9)	259	367
Valores a devolver a clientes	20	21
Despesas de pessoal	996	1.009
Outros	<u>94</u>	<u>30</u>
Total credores diversos	<u>3.388</u>	<u>3.952</u>
Total outras obrigações	<u>4.009</u>	<u>4.664</u>

## 9. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Sociedade é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível e tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades, sendo também parte em processos de natureza trabalhista.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da empresa com base nas opiniões da Administração e dos assessores jurídicos. A Sociedade tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável, registrada na conta de outras obrigações, no montante de R\$ 233 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 317 em 31 de dezembro de 2023) referente à processos de natureza cível e R\$ 26 para processos de natureza trabalhista (R\$ 50 em 31 de dezembro de 2023). Não há processos de natureza tributária com classificação de perda provável em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Os processos de natureza cível com classificação de perda possível totalizavam R\$ 1.476 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 870 em 31 de dezembro de 2023). Os processos de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizam R\$ 1.426 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 900 em 31 de dezembro de 2023). Não havia processos de natureza tributária com classificação de perda possível em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros, bem como revisão de taxa juros.

As movimentações dos saldos estão demonstradas abaixo:

	Processos Classificados como Provável	Processos Classificados como Possível
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>367</u>	<u>1.770</u>
Baixa por Pagamento	(50)	-
Provisão/(Baixa Processos)	<u>(58)</u>	<u>1.132</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	259	2.902

## 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Abaixo demonstramos a reconciliação do cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

	<u>2º semestre/24</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	1.589	(1.709)	(16.030)
Adições	<u>4.978</u>	<u>12.500</u>	<u>17.110</u>
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	4.949	12.336	17.065
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-	80	-
Outras Adições	29	84	45
Exclusões	<u>(6.645)</u>	<u>(10.708)</u>	<u>(8.547)</u>
Realização de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(4.691)	(7.065)	(5.997)
Recuperação de provisões para perdas com créditos de liquidação duvidosa	(1.875)	(3.481)	(2.550)
Reversão de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(44)	(127)	-
Compensação prejuízos fiscais	(35)	(35)	-
Resultado Antes dos Impostos	(78)	83	(7.467)
IR/CSLL – Correntes	28	(24)	-
IR/CSLL – Diferidos	(1.434)	(397)	3.035

Abaixo a composição dos Créditos Tributários:

<u>Créditos Tributários – PCLD</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Base de Cálculo	32.554	32.554	32.554	33.549
Alíquota	<u>25%</u>	<u>15%</u>	<u>40%</u>	<u>40%</u>
TOTAL	8.139	4.883	13.022	13.420

Movimentação dos Créditos Tributários:

	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>TOTAL</u> <u>31.12.2024</u>	<u>TOTAL</u> <u>31.12.2023</u>
Saldo Inicial	<u>8.387</u>	<u>5.033</u>	<u>13.420</u>	<u>10.384</u>
Constituições	5.303	3.182	8.485	9.573
Realizações/Reversões	<u>(5.551)</u>	<u>(3.332)</u>	<u>(8.883)</u>	<u>(6.537)</u>
Saldo Final	8.139	4.883	13.022	13.420

O saldo previsto de utilização para o ano de 2024 foi de R\$ 7.468 (R\$ 3.736 no ano de 2023) e foi utilizado o valor de R\$ 2.816 (R\$ 2.379 no ano de 2023).

O estudo técnico elaborado demonstra a capacidade da Sociedade em gerar lucros tributáveis suficientes para compensar os créditos tributários existentes. A expectativa de realização dos créditos tributários no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 segue abaixo demonstrada:

	Aplic. Res. 4.966/21	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Saldo Inicial	13.022	12.373	12.893	9.515	7.772	6.172	4.628	3.085	1.543
(+/-) Despesa/Estorno de PDD (até 90 dias)	- 1.168	- 865	- 451	- 201	- 57	- 2	-	-	-
(+/-) Despesa / Estorno PDD - Dedutível - Lei 14.467	-	1.385	1.385	-	-	-	-	-	-
(+) Reversão PDD Deduzida até 31/12/2024	519	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Dedução 1/84 - Res. 4.966/21	-	-	1.543	1.543	1.543	1.543	1.543	1.543	1.543
Saldo Final	12.373	12.893	9.515	7.772	6.172	4.628	3.085	1.543	0

O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2024 é de 11.998 (valor calculado de acordo com a meta da Selic de 12,25%, em vigor em 31 de dezembro de 2024).

A Sociedade optou por não reconhecer os créditos tributários oriundos das provisões de contingências, composto por ações judiciais classificadas com risco provável de perda, conforme nota explicativa nº 9. O valor não reconhecido é de R\$ 104 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 147 em 31 de dezembro de 2023). A opção de não reconhecimento desses créditos, se dá devido à dificuldade de mensuração da data de realização do crédito, visto que dependem de sentenças judiciais, que podem ser contestadas.

A Sociedade também optou pelo não reconhecimento de créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL. O valor não reconhecido é de R\$ 9.269 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 9.283 em 31 de dezembro de 2023). Para o reconhecimento se faz necessário um estudo de viabilidade que demonstre a geração de lucros tributáveis e a utilização dos créditos em um prazo máximo de dez anos e atualmente a Sociedade não consegue precisar com razoabilidade a capacidade de utilização desses créditos, dado que o estudo atual contempla um horizonte de apenas oito anos e não seria esse um intervalo suficiente para a realização dos créditos dessa natureza.

## 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

O capital social é representado por 4.280.000 ações ordinárias sem valor nominal (4.080.000 ações em 31 de dezembro de 2023), totalmente subscrito e integralizado na data do balanço, por acionistas domiciliados no país.

### b) Aumento de capital

Em 14 de novembro de 2023, o BACEN homologou o aumento de capital no valor de R\$5.700, passando o capital para R\$ 61.200, mediante a emissão de 380.000 (trezentos e oitenta mil) novas ações, totalizando 4.080.000 (quatro milhões e oitenta mil) ações em 31 de dezembro de 2023.

Em 19 de fevereiro de 2024, o BACEN homologou o aumento de capital no valor de R\$ 3.000 mediante a emissão de 200.000 (duzentas mil) novas ações, passando o capital social para R\$ 64.200 representado por 4.280.000 (quatro milhões duzentos e oitenta mil) ações ordinárias sem valor nominal.

### c) Reserva Legal

A Reserva Legal é constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social, de acordo com o art. 193 da lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976;

### d) Reservas de Lucros – Outras

Após a destinação dos dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, e a constituição de reserva legal, o saldo, se houver, será destinado à conta de “Reservas de Lucros – Outras”, para destinação futura a ser definida pela Assembleia Geral.

## 12. RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

### a) Receitas de prestações de serviços

	<u>2º semestre/24</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Tarifa de cadastro	1.759	3.233	4.380
Outras	<u>45</u>	<u>73</u>	<u>71</u>
Total	<u>1.804</u>	<u>3.306</u>	<u>4.451</u>

b) Despesas de pessoal

	<u>2º semestre/24</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Ordenados e salários	3.008	5.744	5.712
Encargos sociais	970	1.834	1.731
Benefícios	615	1.197	1.199
Treinamentos	-	<u>1</u>	<u>4</u>
Total	<u>4.593</u>	<u>8.776</u>	<u>8.646</u>

c) Outras despesas administrativas

	<u>2º semestre/24</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Serviços do sistema financeiro	3.116	9.593	16.636
Serviços de terceiros	2.272	4.004	3.619
Serviços de processamento de dados	3.067	5.660	5.676
Despesas de transportes	1.140	2.373	1.882
Despesas de comunicação	235	494	602
Despesa de depreciação	82	142	112
Despesa de amortização	87	175	193
Outras	<u>1.593</u>	<u>3.373</u>	<u>2.987</u>
Total	<u>11.592</u>	<u>25.814</u>	<u>31.707</u>

d) Despesas Tributárias

	<u>2º semestre/24</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
COFINS	1.062	2.156	1.951
PIS	172	350	317
ISS	<u>91</u>	<u>166</u>	<u>223</u>
Total	<u>1.325</u>	<u>2.672</u>	<u>2.491</u>

e) Outras Receitas Operacionais

	<u>2º semestre/24</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Reversão de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	44	127	-
Outros	<u>131</u>	<u>140</u>	<u>14</u>
Total	<u>175</u>	<u>267</u>	<u>14</u>

f) Outras Despesas Operacionais

	<u>2º semestre/24</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Despesas financeiras	278	639	959
Descontos concedidos	1.832	3.603	2.521
Outros	=	<u>80</u>	<u>34</u>
Total	<u>2.110</u>	<u>4.322</u>	<u>3.514</u>

### 13. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade não constituiu provisão para juros sobre o capital próprio (o mesmo ocorreu para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

### 14. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Determinação do valor justo e hierarquia do valor justo

A Finamax utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento;
- Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de “Fluxo de caixa descontado”, nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e
- Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado.

O quadro a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros registrados ao valor justo por nível de hierarquia:

	<u>31.12.2024</u>		<u>31.12.2023</u>	
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>
<b>Ativos</b>				
Letras Financeiras	-	-	-	2.894
Letras Financeiras do Tesouro	114.756	-	79.514	-
Títulos de capitalização	-	140	-	24
<b>Passivos</b>				
Depósitos a prazo	-	143.120	-	133.582
Recursos de aceites cambiais	-	136.577	-	123.639

## 15. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Sociedade, atendendo às disposições da Resolução nº 4.557 e alterações subsequentes do Banco Central do Brasil, possui estrutura de gerenciamento de riscos compatível com seu porte e natureza de suas operações, e está capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, sendo os principais riscos:

a) Risco de crédito

O Gerenciamento de Risco de Crédito, prevê a possibilidade de ocorrência de perdas devido ao não recebimento de contrapartes ou de credores de valores contratados. O gerenciamento de risco de crédito é realizado com base na Política de Risco da Sociedade, aprovada pela diretoria, tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação de exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que a Sociedade atua.

b) Risco de mercado

O Gerenciamento de Risco de Mercado, prevê a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes da flutuação nos valores e taxas de mercado, contemplando a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a exposição a risco da Sociedade. O processo de gerenciamento e controle do risco de mercado na Sociedade é regido pela Política de Risco, aprovada pela Administração, e segue os parâmetros definidos na RAS para o período de avaliação;

c) Risco operacional

O Gerenciamento de Risco Operacional, prevê que sejam identificados os principais riscos operacionais de cada uma das unidades das Áreas Comerciais e Administrativas; identificado o risco, o mesmo é avaliado em função da probabilidade e impacto de sua ocorrência, para que, posteriormente, ações de controle e/ou mitigação fossem determinadas com base nas presentes análises.

d) Risco de liquidez

O Gerenciamento de Risco de Liquidez, prevê o descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da Sociedade, em honrar seus compromissos. A Gestão do Risco de Liquidez da Sociedade é regida pela Política de Risco, aprovada pela diretoria, onde são estabelecidos os limites para os Índices de disponibilidade sendo o monitoramento e avaliação do fluxo de caixa da Sociedade realizado pela Administração.

e) Gerenciamento de Capital

Prevê a avaliação e a adequação do Patrimônio de Referência (PR) para fazer face aos riscos assumidos nas operações e a necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Sociedade. A estrutura responsável pelo gerenciamento de capital da Sociedade é adequada ao porte e à complexidade de suas operações.

**16. PARTES RELACIONADAS**

a) A carteira de captação via depósito a prazo, com saldo de R\$ 143.120 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 133.582 em 31 de dezembro de 2023), é composta, exclusivamente, por captações junto aos acionistas e gerou no segundo semestre de 2024 despesas de captação no montante de R\$ 7.801 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 R\$ 15.110 (R\$ 17.694 no exercício de 2023). Da carteira de Letras Cambiais, o saldo de R\$ 52.650, em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 34.493 em 31 de dezembro de 2023), é composto por aplicações de partes relacionadas e gerou despesas de captação no montante de R\$ 2.463 no segundo semestre de 2024 e R\$ 4.365 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.195 no exercício de 2023).

b) Despesas com partes relacionadas estão assim compostas:

	<u>2º semestre/24</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Urbitec Construções (*)	-	-	11
Oliva participações (**)	<u>110</u>	<u>220</u>	<u>232</u>
Total	<u>110</u>	<u>220</u>	<u>243</u>

(\*) A Urbitec Construções presta serviço de conservação do canteiro central da Avenida Jundiáí, uma das principais avenidas da cidade de Jundiáí, onde a Sociedade mantém placas de divulgação.

(\*\*) A Oliva Participações, é proprietária do prédio onde está instalada uma filial da Sociedade, e o valor é referente à locação do imóvel.

A Urbitec Construções e a Oliva Participações são controladas por acionistas da Sociedade.

c) Remuneração do pessoal-chave da administração:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve pagamento de remuneração variável e os benefícios proporcionados na forma de remuneração fixa, conforme as responsabilidades de seus administradores estavam assim compostos:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Remuneração	1.094	1.056
Encargos sociais	<u>246</u>	<u>237</u>
Total	<u>1.340</u>	<u>1.293</u>

A Sociedade não proporciona benefícios de curto e longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou remunerações variáveis para o pessoal-chave da Administração.

Conforme legislação em vigor, não foram concedidos financiamentos, empréstimos ou adiantamentos para diretores e respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau.

## 17. LIMITES OPERACIONAIS

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência compatível com os riscos de suas atividades. A partir de dezembro de 2019, a instituição fez a opção pelo enquadramento no grupo de instituições da segmentação S5, calculando seu risco de Basileia de acordo com o modelo simplificado, de acordo com os modelos e padrões definidos pelo Banco Central do Brasil, abaixo demonstramos os valores:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
<b>Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5)</b>	<b>29.902</b>	<b>28.981</b>
RWARCSIMP - Risco de Crédito	26.295	27.773
RWAROSIMP - Risco Operacional	<u>3.073</u>	<u>3.057</u>
<b>Patrimônio Mínimo Requerido</b>	<b>29.368</b>	<b>30.830</b>
<b>Ativos Ponderados por Risco (RWA)</b>	<b>172.753</b>	<b>181.356</b>
<b>Patrimônio Requerido para o RWA</b>	<b>29.368</b>	<b>30.830</b>
<b>Índice de Basileia</b>	<b>17,31%</b>	<b>15,98%</b>

O índice de requerimento fixado pela Resolução CMN 4.606 de 19 de outubro de 2017 é de 17%.

Em 31 de dezembro de 2023 o índice requerido não foi atingido. Para reenquadramento do índice fixado, a administração optou pelo aumento de capital no valor de R\$ 3.000, que foi homologado pelo BACEN em 19 de fevereiro de 2024 (Nota 11.b).

## 18. EVENTOS SUBSEQUENTES

### **Impactos estimados na implementação da Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021**

A partir de 01.01.2025, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.966/2021 que estabelece conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, destacando-se:

- (i) Classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros;
- (ii) Reconhecimento de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- (iii) Atualização dos instrumentos financeiros por meio da taxa efetiva de juros contratual (“TJE”); e
- (iv) Interrupção do reconhecimento de juros para instrumentos financeiros ativos em atraso (*Stop accrual*).

O efeito dos ajustes estimados na adoção inicial da norma em 01.01.2025 gerou um incremento no Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais, de aproximadamente 5,91%. Dado se tratar de estimativa, a mesma pode se alterar por eventos ocorridos até a data de seu registro efetivo.

---

Márcio Pizzolato  
Diretor Vice-Presidente

---

Gabriela Giseli da Silva  
Contadora | CRC nº 1SP341186/O-1